

Mobilidade intercarreiras

1 Técnico/a Superior Especialista em Estatística

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial

Área Financeira e Logística

Torna-se público que o Instituto Nacional de Estatística, I.P., pretende recrutar 1 Técnico/a Superior Especialista em Estatística, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em regime de mobilidade intercarreiras, nos termos do disposto nos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

1 – Local de trabalho:

Instituto Nacional de Estatística, I.P., Av. António José de Almeida, Lisboa.

2 – Número de postos de trabalho:

Um.

3 – Posição remuneratória de referência:

A remuneração será definida nos termos do artigo 153.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

4 – Caracterização do Posto de Trabalho:

Exercício de funções de elevado grau de qualificação, responsabilidade e autonomia, nas áreas da contratação pública, da fiscalidade e do controlo interno, com possibilidade de trabalho em regime híbrido (trabalho presencial e teletrabalho), após período de integração, destacando-se as seguintes tarefas relacionadas com a área jurídico/administrativa:

- Assessoria técnica e acompanhamento administrativo nas áreas da contabilidade e das aquisições no âmbito do CCP.
- Elaboração de estudos, análises, e pareceres técnicos, nomeadamente no âmbito de:
 - I. Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - II. Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA);
 - III. Código do Imposto sobre o Rendimento – Cat. B (CIRS);
 - IV. Políticas/Procedimentos de Controlo Interno e seu acompanhamento.
- Colaboração na preparação e redação de peças destinadas a procedimentos de contratação pública e de controlo interno relacionados com a área de logística e de aquisições e a de contabilidade.

5 – Requisitos de admissão:

Ser detentor/a de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

5.1 – Requisitos habilitacionais:

Licenciatura (ou superior) em Direito.

5.2 – Requisitos específicos:

- a) Experiência na área jurídica relacionada com a contratação pública (CCP);
- b) Experiência relacionada com políticas/normas/procedimentos de controlo interno;
- c) Facilidade de redação e de elaboração de estudos e relatórios;
- d) Utilização avançada das ferramentas Office.

5.3 – Perfil de competências:

- a) Análise de informação e sentido crítico;
- b) Orientação para resultados;
- c) Inovação e qualidade;
- d) Trabalho de equipa e cooperação;
- e) Capacidade de comunicação e de adaptação a contextos diferenciados.

6 – Formalização das candidaturas:

As candidaturas são obrigatoriamente formalizadas através do preenchimento *online* do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INE, I.P., em <http://recrutamento.ine.pt>, devendo o/a candidato/a selecionar a referência a que se candidata 1TSEE/DAFP/OUT/2023.

A/O candidata/o deverá fazer o upload dos seguintes documentos:

- Declaração emitida pelo serviço público a que a/o candidata/o se encontra vinculada/o, devidamente atualizada (com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas) da qual conste, inequivocamente:
 - i) Modalidade da relação jurídica de emprego público que detém;
 - ii) Carreira e categoria de que é titular;
 - iii) Posição e nível remuneratório com indicação do correspondente valor;
 - iv) Tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
 - v) Descrição detalhada das tarefas e responsabilidade inerentes ao posto de trabalho;
- Currículo profissional.

7 – Método de seleção:

A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, complementada com uma entrevista. A referida análise curricular tem carácter eliminatório; apenas os/as candidatos pré-selecionados/as serão contactados/as para a realização da referida entrevista.

8 – Data limite de candidatura:

18 de outubro de 2023.